

O DIÁLOGO ENTRE TEORIA E POLÍTICA NA TRAJETÓRIA DOS INTELLECTUAIS NEGROS BRASILEIROS: UM ESTUDO A PARTIR DAS/OS DOCENTES LIGADOS AO NEAB/UFSCAR

**THE DIALOGUE BETWEEN THEORY AND POLITICS IN THE TRAJECTORY OF
BLACK BRAZILIAN INTELLECTUALS: A STUDY BASED ON THE TEACHERS
CONNECTED TO NEAB/UFSCAR**

**EL DIÁLOGO ENTRE TEORÍA Y POLÍTICA EN LA TRAYECTORIA DE LOS
INTELLECTUALES NEGROS BRASILEÑOS: UN ESTUDIO A PARTIR DE LOS
PROFESORES VINCULADOS A NEAB/UFSCAR**

Patrícia Amorim Weber²⁴

Pamela Barbosa Martins²⁵

Resumo

A inserção de discente e docentes negros/as no ambiente universitário, especialmente após a década de 1970, deu fôlego à uma nova forma de produção de conhecimento acerca das relações raciais na academia. Isso se torna notório, sobretudo, a partir da criação de grupos de estudos e de pesquisa coordenados por intelectuais negros e negras e voltados para o tema das relações étnico-raciais. Fundado em 1991, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) da Universidade Federal de São Carlos é aqui considerado enquanto parte deste deslocamento. Tendo isso em vista, este trabalho busca analisar de que forma a produção de conhecimento de docentes que integram ou integraram o NEAB contribui para a luta por justiça social. Para alcançar este objetivo, mapeamos quais foram as principais temáticas tratadas por estas/es docentes em suas produções acadêmicas. A análise dos dados obtidos foi feita a partir da Análise de Conteúdo. Em nossos resultados, observamos que os temas mais recorrentes nas discussões destes docentes foram, em ordem de frequência: educação e justiça social. O engajamento dessas/es intelectuais nestas discussões evidencia o compromisso político e epistemológico (GOMES, 2019) do NEAB/UFSCar em seguir articulando a militância política com a produção intelectual. Observamos, portanto, que estes docentes colocam em prática uma postura acadêmica que se desenvolve em diálogo com as temáticas caras ao movimento negro e às demandas por políticas públicas voltadas para a igualdade racial.

²⁴ Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e-mail: patriciaaweber@live.com.

²⁵ Licenciada em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e-mail: martinsbpamela@gmail.com.

Palavras-chave: Produção de conhecimento; Justiça social; Pesquisadores negros/as; NEAB.

Abstract

The increase in the number of black students and professors in the university environment, especially after the 1970, has given rise to a new form of producing knowledge about racial relations in the academy. This is evident, especially, from the creation of study and research groups coordinated by black and black intellectuals and focused on the theme of ethnic-racial relations. Founded in 1991, at the Federal University of São Carlos, *Núcleo de Estudos Afro-brasileiros* (NEAB) is considered here as part of this displacement. With that in mind, this work seeks to analyze how the production of knowledge of teachers who are or were part of NEAB contributes to the struggle for social justice. To achieve this goal, we mapped the main topics addressed by these professors in their academic productions. To organize and interpret the results, we used the content analysis method. In our results, we observed that the most cited topics in these teachers' discussions were, in order of frequency: education and social justice. The engagement of these intellectuals in these discussions highlights the political and epistemological commitment (GOMES, 2019) of NEAB/UFSCar to continue articulating political militancy with intellectual production. We observe, therefore, that these professors put into practice an academic posture that develops in dialogue with the themes dear to the black movement and the demands for public policies aimed at racial equality.

Keywords: Knowledge production; Social justice; Black researchers; NEAB.

Resumen

La inserción de estudiantes y profesores negros en el ámbito universitario, especialmente a partir de la década de 1970, dio alas a una nueva forma de producción de conocimiento sobre las relaciones raciales en la academia. Esto se hizo evidente, sobre todo, a partir de la creación de grupos de estudio e investigación coordinados por intelectuales negros y centrados en el tema de las relaciones étnico-raciales. Fundado en 1991, el Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) de la Universidad Federal de São Carlos se considera aquí parte de este desplazamiento. Teniendo esto en cuenta, este trabajo pretende analizar cómo la producción de conocimiento de los profesores que integran o han integrado el NEAB contribuye a la lucha por la justicia social. Para lograr este objetivo, trazamos un mapa de cuáles eran los principales temas tratados por estos profesores en sus producciones académicas. El análisis de los datos obtenidos se basó en el Análisis de Contenido. En nuestros resultados, observamos que los temas más recurrentes en los debates de estos profesores fueron, por orden de frecuencia: la educación y la justicia social. La participación de estos intelectuales en estas discusiones pone de relieve el compromiso político y epistemológico (GOMES, 2019) de NEAB/UFSCar para continuar articulando la militancia política con la producción intelectual. Observamos, por lo tanto, que estos profesores ponen en práctica una postura académica que se desarrolla en diálogo con los temas queridos por el movimiento negro y las demandas de políticas públicas dirigidas a la igualdad racial.

Palabras Clave: Producción de conocimientos; Justicia social; Investigadores negros; NEAB.

INTRODUÇÃO

As instituições de Ensino Superior brasileiras privilegiaram, historicamente, perspectivas teóricas fundamentadas em um olhar colonizado e europeu. A produção de pesquisas vinculadas a tais perspectivas serviu para reforçar os binarismos de superioridade/inferioridade racial. Contudo, a inserção de pessoas negras no ambiente universitário, em especial após a década de 1970, deu fôlego à uma nova forma de produção de conhecimento ao terem sua participação deslocada do lugar de informantes para a posição de ensaístas e intelectuais (RIOS, 2009).

Aliada a inserção de pesquisadoras/es negras/os nas universidades brasileiras está o processo de criação de grupos de estudo e pesquisa voltados para o campo das relações étnico-raciais. Dentre eles, os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs) e grupos correlatos. É a partir da década de 1980 que surgem os primeiros núcleos com essa nomenclatura. Criado em 1991, o NEAB da Universidade Federal de São Carlos (NEAB/UFSCar) é considerado neste trabalho fruto desse deslocamento.

A fim de contribuir para as discussões sobre intelectualidade negra e produção de conhecimento, este trabalho tem como objetivo analisar de que forma a produção acadêmica de docentes que integram ou integraram o NEAB/UFSCar contribui para a luta por justiça social. Para alcançar este objetivo, foi realizado um mapeamento das principais temáticas discutidas por estas/es docentes. As informações que compõem o mapeamento foram coletadas da seção "Artigos completos publicados em periódicos" de seus currículos *lattes*. Já a categorização dos dados foi feita a partir do método de análise de conteúdo (Bardin, 2011).

Parte dos resultados a serem discutidos neste trabalho derivam de pesquisas realizadas no âmbito da pós-graduação, em específico, do mestrado em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar). Das duas pesquisas, uma foi concluída e a outra está em andamento.

Em uma análise inicial, a categorização dos dados nos permitiu observar que os temas mais frequentes na produção das/dos docentes foram: educação, relações étnico-raciais, diferença, desigualdade, ações afirmativas e justiça social. Na discussão abaixo realizada, consideramos que as escolhas temáticas são reflexo de um engajamento intelectual que se articula com a militância política.

A PRODUÇÃO DE UMA PESQUISA CIENTÍFICA ENGAJADA

Os intelectuais negros passaram a ocupar as universidades em maior número a partir dos anos 1980, ou seja, no final da ditadura militar. A inserção nestes espaços significou uma forma de fortalecer sua comunidade e suas ações políticas através do enriquecimento de seu conhecimento, além da possibilidade de produzir narrativas a partir de suas próprias perspectivas. Neste contexto, a pesquisa científica engajada passa a ser uma característica marcante desta categoria de intelectuais.

A relação entre ciência e política demarca, para Sales Augusto dos Santos (2011), a diferença entre os “intelectuais negros” e os “negros intelectuais”. Este segundo, objeto de estudo de seu trabalho, é caracterizado por ter uma relação direta ou indireta com os movimentos sociais negros. Esta relação, por sua vez, é marcada por uma convicção antirracismo e um *ethos* acadêmico-científico que os fazem ser ativos na luta pelas políticas públicas de promoção da igualdade racial e na busca por um pensamento crítico anticolonial, ambos balizados pela agenda destes movimentos. Assim, se “intelectuais negros” sempre existiram nos departamentos acadêmicos, os “negros intelectuais” fazem parte daquela categoria nova que vimos emergir nas universidades a partir da década de 1970.

Também é importante definir o que consideramos ser uma pesquisa científica engajada politicamente no que concerne à temática racial no país. No entendimento de Petronilha B. Gonçalves e Silva (2005), a pesquisa engajada com a questão racial tem as seguintes características: é aquela que leva em consideração os objetivos e as prioridades de um grupo marginalizado pela sociedade; são desenvolvidas com o intuito de ser um suporte teórico para as comunidades negras; buscam explicitar as nuances das relações étnico-raciais, expondo os problemas delas decorridos e propondo formas de pôr em prática uma educação antirracista e sem discriminações; além disso, são pesquisas que refletem sobre as ações de grupos do movimento negro e tem como propósito avaliar e formular políticas públicas.

Portanto, nesta perspectiva, não é possível separar a produção científica da política, pois esta sempre estará em toda a parte. Ademais, é importante que tenhamos em mente que os intelectuais pertencem ao seu tempo, e que, por este

motivo, é impossível manter um pensamento puro, uma objetividade desinteressada ou uma teoria transcendental (SAID, 2005).

Na trajetória do pensamento social da intelectualidade negra, a pesquisa científica engajada é tida enquanto um recurso para intensificar a luta contra a opressão social. De modo mais claro, a intelectualidade é uma importante ferramenta política e parte necessária da luta pela libertação (hooks, 1995). Deste modo, as perspectivas que recusam a indissociabilidade entre estes dois termos acabam por obscurecer a complexidade do engajamento envolvido no ativismo intelectual. Como afirmaria Patrícia Hill Collins, “porque as ideias e a política estão em todos os lugares, o potencial do ativismo intelectual também é possível em todos os lugares” (COLLINS, 2012, p. 13, tradução nossa).

Em seu livro denominado “Entre Brasil e África: construindo conhecimento e militância” (2011), Petronilha B. G. Silva sustenta que há uma sólida ponte entre a sua experiência enquanto militante e a sua produção acadêmico-científica. Esta ponte tem, de um lado, o movimento negro, e de outro, a universidade pública. Vemos que os diversos grupos do Movimento Negro lhe proporcionaram não só um acesso à experiência coletiva do que é ser negro no Brasil, como também possibilitou que Silva pudesse realizar seus primeiros intercâmbios internacionais para discutir sobre o negro e a educação. Ou seja, o movimento lhe proporcionou conhecimento e possibilidade de projeção a este. Mais adiante, em seu livro, diz até mesmo que os grupos do movimento negro do qual participou instigaram, desafiaram e direcionaram suas preocupações de pesquisa.

Ao articular pesquisa, intervenção e militância, Silva expõe que o seu interesse é produzir uma pedagogia capaz de se contrapor às relações opressivas a que os negros são submetidos. Nesse sentido, para a intelectual, a pesquisa é o trabalho sistematizado; a intervenção significa “pôr-se lado a lado”, isto é, acompanhar de perto a realidade destes sujeitos; por fim, a militância significa combater as ideologias, pensamentos e atitudes que naturalizam a discriminação, como o racismo, o machismo, etc.

Assim, para reforçar este ponto de vista, a intelectual sintetiza o porquê acredita ser legítima a relação entre ciência e política:

Estou convencida de que não há incompatibilidade [entre fazer ciência e exercer militância concomitantemente], se se concebe militância como ato de combater ativamente ideologias que cultivam e mantêm desigualdades entre pessoas e grupos, tais como a do racismo, e da incompetência dos pobres, a

do machismo; se se realizam pesquisas, com objetivo, entre outros, de produzir conhecimentos que contribuam para sustentar a busca por justiça. Militância e pesquisa podem, pois, se combinarem num único esforço, com a finalidade de atingir compreensões de ações humanas, como a de se educar, indispensáveis para novas relações na sociedade (SILVA, 2011, p. 105).

OS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS: NOVAS FORMAS E ESPAÇOS DE ARTICULAÇÃO

Consideramos a criação de núcleos, grupos e centro de estudo e pesquisa, responsável por possibilitar uma intensificação na discussão e produção de estudos acerca da população negra. A discussão sobre intelectualidade negra evidencia para nós a indissociabilidade entre a produção intelectual negra, o contra discurso sobre a modernidade ocidental e a ação política.

Como parte desse contexto estão os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) e grupos correlatos. Os primeiros NEABs foram criados na década de 1980 e são definidos por Otair Fernandes como:

locus privilegiado de formação, aglutinação, articulação, debates, propostas de estudos e pesquisas de negros(as) e não negros que atuam academicamente com a temática das relações raciais e cultura afro-brasileira e suas intersecções no campo da educação e cultura. [...] [são] polos de formação política onde se concentram e circulam os intelectuais negros (2014, p. 200).

A criação de núcleos como os NEABs e encontro de pesquisadoras/es negras/os na década de 1990 culminaram na organização e realização do I Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros e Negras (COPENE) em Recife, Pernambuco, no ano de 2000. O COPENE teve como desdobramento a criação, ainda em 2000, da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as), a ABPN, do Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e grupos correlatos, o CONNEABs, em 2003 e da Revista ABPN, em 2010. A realização do congresso e os eventos que o sucederam marcam a construção de espaços de divulgação e mapeamento da produção de conhecimento de pesquisadoras/es que atuam no campo das relações étnico-raciais.

A realização dos congressos possibilitou, pela primeira vez, no contexto brasileiro, o mapeamento dos trabalhos realizados no campo das relações étnico-raciais em âmbito nacional, produzindo, em paralelo, o tensionamento na relação com outras organizações científicas nas quais não havia espaço para as discussões deste campo. Nas palavras do antropólogo Kabengele Munanga, a ABPN é a “associação

brasileira que inclui um segmento importante da população que foi excluído de outras associações [...]. É uma associação que nasce com uma proposta de inclusão. De dar oportunidade para outros jovens que foram excluídos das organizações científicas dominantes”.

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de São Carlos (NEAB/UFSCar) foi fundado no ano de 1991, através do diálogo e iniciativa de docentes, estudantes, servidores técnico-administrativos e militantes do Movimento Negro de São Carlos (SP). A coordenação-fundadora do Núcleo foi composta pela professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e pelos professores Álvaro Rizzoli e Valter Roberto Silvério, fez parte do seu processo de consolidação a professora Lúcia Maria de Assunção Barbosa.

Os objetivos do núcleo incluem a realização de estudos voltados para a formulação e execução de políticas públicas, a criação de mecanismos de combate ao racismo, a promoção da formação inicial e continuada de professoras/es e outros grupos para a educação das relações étnico-raciais, o registro da memória social e intelectual afro-brasileira, entre outros.

Sendo assim, considerando a história e o propósito do NEAB/UFSCar, em diálogo com a literatura que trata sobre a trajetória da intelectualidade negra no Brasil, este trabalho busca analisar de que forma a produção de conhecimento de docentes que integram ou integraram este NEAB contribui para a luta por justiça social.

Para alcançar este objetivo, mobilizamos reflexões teórico-analíticas sobre a relação entre ciência e política no pensamento intelectual negro, de modo a situar os professores que compõem este núcleo no contexto mais amplo de militância política acadêmica. Em um segundo momento, buscamos compreender quais foram os subtemas mais frequentes nas pesquisas destes docentes. O passo seguinte, ainda em andamento, será compreender de que modo, em quais sentidos e com quais fundamentos teóricos estes intelectuais discutem estes subtemas. Este último objetivo específico, em conjunto com os demais, possivelmente nos possibilitará responder com mais propriedade sobre a contribuição dos docentes integrantes do NEAB/UFSCar para a luta por justiça social.

Para responder aos nossos objetivos, mapeamos quais foram as principais temáticas tratadas pelos/as docentes do NEAB/UFSCar em suas produções acadêmicas. Este mapeamento foi feito a partir da categorização das palavras-chaves

utilizadas nos artigos presentes na seção “Artigos completos publicados em periódicos” em seus currículos *lattes*. De modo mais detalhado, consultamos o currículo *lattes* de 11 professores. Com isso, tivemos acesso a um total de 85 artigos disponíveis na internet.

Primeiramente, a listagem das palavras foi feita individualmente, ou seja, elaboramos uma tabela para cada professor/a. A fim de tornar a análise dos dados possível, nós unimos as palavras-chaves que dialogavam entre si em grandes subtemas. Por exemplo, as palavras-chave “étnico-racial”, “raça” e “relações raciais” foram agrupadas em um subtema que as representasse, o qual denominamos “relações étnico-raciais”. Após esta etapa, criamos uma única tabela, onde listamos todas as palavras-chaves citadas, o número de vezes que apareceram nos artigos e os subtemas aos quais julgamos que elas pertencem. Por fim, contabilizamos a frequência total dos subtemas e elencamos quais foram aqueles mais citados.

Para Laurence Bardin (2011), as fases que se seguem à estas que apontamos acima são as fases de tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Atualmente, a nossa pesquisa encontra-se na fase de interpretação. Os dados coletados estão sendo analisados de modo a nos oferecer um melhor entendimento do que significa, contextual, política e epistemologicamente, o uso destas palavras-chave na produção acadêmica destes/as professores/as. Tendo isso em vista, abaixo, expomos os resultados e as análises preliminares desta pesquisa.

A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE ESTUDOS AMPLA E DIVERSIFICADA: RESULTADOS INICIAIS

Os resultados apresentados neste trabalho são iniciais, pois, como afirmamos anteriormente, esta é uma pesquisa ainda em curso. Neste momento, pretendemos expor o perfil de pesquisa dos/as professores/as associados ao NEAB a partir de dois aspectos: a interdisciplinaridade do núcleo e os dois principais subtemas abordados em suas pesquisas.

Como podemos ver, as/os professoras/es apresentados na Tabela 1 pertencem a distintas áreas de conhecimento (Ciências Biológicas, Educação Especial, Enfermagem, História, Linguística, Pedagogia e Sociologia). Produzindo em um núcleo interdisciplinar, é através da educação das relações étnico-raciais e dos desdobramentos por ela possibilitados que as produções acadêmicas dessas/es

docentes se encontram e constroem coletivamente contribuições para uma agenda de estudos e pesquisas ampla e diversificada.

Tabela 1: Temas de pesquisa das/dos docentes do NEAB/UFSCar

Docentes	Temas
Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva; Tatiane Cosentino Rodrigues	Educação das relações étnico-raciais
Ana Cristina Juvenal da Cruz	Educação das relações étnico raciais História Diáspora africana
Douglas Verrangia	Educação das relações étnico-raciais Ensino de Ciências Biológicas
Lúcia Maria de Assunção Barbosa	Ensino de Línguas Educação das relações étnico-raciais
Rosana Batista Monteiro	Educação das relações étnico-raciais Saúde da população negra
Anete Abramowicz	Educação Sociologia da Infância
Diléia Aparecida Martins	Educação Especial Educação das relações étnico-raciais
Natália Sevilha Stofel	Enfermagem Relações étnico-raciais e saúde
Priscila Martins Medeiros	Sociologia Diáspora africana Relações étnico-raciais
Valter Roberto Silvério	Sociologia Diáspora africana Educação das relações étnico-raciais

Fonte: Tabela produzida com informações coletadas do Currículo Lattes das/dos docentes pelas autoras em Maio de 2022.

Os dados apresentados pela Tabela 2 nos mostram que os temas mais recorrentes nas discussões destes docentes foram: educação e justiça social.

Tabela 2: Palavras-chave categorizadas

Categorias	Frequência entre professoras/es
Educação	11
Justiça social	9

Fonte: Tabela produzida com informações coletadas do Currículo Lattes das/dos docentes em Maio de 2022 e categorizadas pelas autoras.

O SENTIDO DE JUSTIÇA SOCIAL PROPOSTO POR ESTES PESQUISADORES: DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO E CRÍTICA À PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Como expomos no início deste texto, esta categoria de intelectuais apresenta uma trajetória acadêmica direta ou indiretamente ligada às lutas do movimento negro. Desta forma, em seus temas pesquisas, vemos uma proximidade notória com aqueles temas caros à luta antirracista no Brasil.

Nos textos dos autores abordados nesta pesquisa, há diversos temas que compreendemos como sendo parte do que poderíamos chamar de luta por uma ampliação da *justiça social*. Como exemplo, podemos citar os debates sobre igualdade, desracialização, cidadania, democratização e compromisso social. Todos estes são termos utilizados nas palavras-chave dos artigos que foram base para esta pesquisa, e que norteiam a reflexão destes intelectuais ligados ao NEAB/UFSCar.

De um modo geral, no conjunto de dados que pudemos explorar até o momento, estes termos foram mobilizados para refletir sobre a democratização do ensino básico e superior no país. De modo mais claro, o foco dos autores recaiu sobre a implementação das ações afirmativas, tema por meio do qual buscaram tratar sobre a ampliação da justiça social. Suas discussões também se desdobraram para as análises sobre a formação e o papel do Estado nacional, assim como sobre a produção de conhecimento e o ensino.

Há interessantes aspectos que podem ser salientados e que devem caracterizar a perspectiva destes intelectuais. A inserção das ações afirmativas no ensino superior e básico é tratada enquanto um passo importante para a formação dos sujeitos para a cidadania. Ou seja, a ampliação da oportunidade de acesso ao ensino, assim como a revisão do conteúdo a ser estudado, é visto por estes pesquisadores enquanto um passo primordial na formação dos sujeitos para as relações sociais.

Primeiramente, estes intelectuais entendem que a ampla inserção de um novo perfil de alunos no ensino superior se contrapôs ao cenário anterior, em que víamos a universidade enquanto um espaço exclusivo para a elite econômica do país. Por este motivo, esta política pública exige dos docentes, discentes e das instituições, uma nova postura ética, epistemológica e pedagógica. Isso ocorre porque esta política traz, para o campo da educação, a necessidade de romper com as noções de hierarquia entre os sujeitos, forjadas nas desigualdades sociais e raciais.

É importante mencionar que a democratização do ensino e a consequente possibilidade de ampliação da justiça social não é vista apenas pela perspectiva do amplo acesso à uma educação de qualidade. Estes intelectuais também questionam qual educação proporcionamos aos nossos discentes. Esta resposta exige a reflexão sobre o currículo escolar e os fundamentos epistemológicos que dão base à nossa produção de conhecimento, assim como os debates sobre a representação social da população negra no país.

Ao propor esta crítica, estes intelectuais colocam no debate novos elementos para a análise, os quais vão para além das tradicionais categorias da modernidade. Assim, se antes a desigualdade social seria vista tão somente a partir da questão econômica, agora, a cultura e as representações simbólicas passam a ser importantes para refletir sobre igualdade e justiça social.

A partir destas lentes, a noção de cidadania passa a ter, em seu horizonte, o objetivo de promover “condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais” (SILVA, 2007, p. 490).

Estes autores trazem, também, algumas considerações importantes sobre o papel do Estado diante das desigualdades sociais. É considerado que a inserção da raça enquanto algo central para as reflexões sobre políticas públicas e a proposição

de ações afirmativas contra a desigualdade racial leva, conseqüentemente, à quebra dos principais mitos nacionais, originados no século XX e presentes até os dias de hoje. Estes três mitos do imaginário nacional são: o Brasil enquanto nação mestiça; o mito da convivência harmônica entre os grupos étnico-raciais; e a existência de um racismo inofensivo. Desta forma, a noção de uma igualdade abstrata é substituída pela valorização das diferenças.

Ao adotar este posicionamento, estes intelectuais estabelecem um debate com aqueles que se colocam contra a instituição das políticas afirmativas. Um de seus argumentos trata sobre a crítica à eficácia das políticas universalistas, pois entendem que o princípio de igualdade abstrata se torna um obstáculo em sociedades que necessitam de tratamento diferente para aqueles que são tratados de forma desigual (SILVÉRIO, 2002).

Dada esta nova interpretação, temos o tensionamento das estruturas do Estado nacional, haja vista que, se as relações étnico-raciais se tornam um dos aspectos centrais para se refletir sobre a desigualdade no país, logo, os conflitos e as injustiças antes latentes vêm à tona e exigem do Estado uma postura ativa.

OS CONTORNOS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O CAMPO DA EDUCAÇÃO

O mapeamento, seguido da categorização e agrupamento das palavras-chave nos possibilita ver que a discussão proporcionada pelas e pelos docentes do NEAB/UFSCar traz para o debate uma ampla percepção sobre a categoria educação. Dentre as palavras-chave recorrentes estão: educação das relações étnico-raciais; educação permanente; ensino básico; ensino superior, Lei 10.639/03; e Projeto Político Pedagógico.

De modo geral, o debate sobre educação promovido pelas e pelos intelectuais demonstra que a educação é compreendida como “caminho fundamental de erradicação do racismo” (CRUZ, 2016, p. 343), a partir da incorporação de uma postura e o compromisso com a prática antirracista. Outro importante aspecto é o de ter responsabilidade quanto ao uso e implementação da ideia de diversidade em sala de aula e na construção de políticas educacionais. Isso porque os debates sobre educação apontam sua incorporação por políticas estatais, em especial, a partir do discurso do multiculturalismo. Essa incorporação é lida com aspectos positivos, mas

exige cuidado ao observar a absorção de uma ideia genérica de diversidade (SILVÉRIO, 2015). O reconhecimento da diversidade é considerado um importante passo para a erradicação do racismo, contudo, preocupa-se que a aceitação da diversidade e sua incorporação política se dê no papel, mas não em ações práticas.

Tratando, estudando e discutindo diferentes níveis de ensino e outros elementos, como a construção de projetos políticos, a educação é, então, compreendida por tais autoras e autores como comprometida a operar com a diferença, evidenciando o impacto positivo de saber trabalhar e construir relações entre diferentes grupos e capaz de promover ferramentas para a autonomia de suas e seus estudantes, assim como caminhos para uma participação cidadã.

Os avanços e o aceite da temática da diversidade no campo educacional é considerada possível a partir da atuação do Movimento Negro. Isso porque diferentes grupos e organizações passam a questionar perspectivas racialistas e eugenistas que empenhavam o papel de promover uma educação focada em uma identidade nacional construída a partir de referenciais europeus: “Em tais circunstâncias, a população afro-brasileira tomou para si o papel de construir formas alternativas de aquisição de escolarização formal para a modificação da condição de desvantagem social no período pós-abolição” (CRUZ, 2016, p. 343). Essa atuação permanece ao questionar a reforma educacional de 1930 e o apontamento que a construção de uma educação para todos nunca se concretizou, até décadas depois, a participação na Conferência de Durban na África do Sul e seu impacto nas discussões há muito já discutidas por integrantes do Movimento Negro, como por exemplo, o debate sobre as ações afirmativas.

Diante desse contexto, o Movimento Negro insere-se na discussão sobre políticas educacionais em três diferentes planos: o legislativo, atuando em âmbito federal, estadual e municipal; plano jurídico, com a participação na constituinte de 1998; e o plano executivo, representado pelo estabelecimento de diretrizes específicas para o campo da educação, como veremos abaixo.

Dentre as discussões possibilitadas pelo enfrentamento do Movimento Negro está a de compreender a educação em suas outras formas, para os diferentes grupos que compõem a população brasileira, como é o caso da educação escolar quilombola (língua tradicional, memória coletiva, prática cultura e todo o repertório oral) e da educação quilombola (saberes históricos, conhecimentos sobre uso de ervas e

plantas medicinais). O argumento em torno da educação quilombola expande-se ainda ao considerar que esses conhecimentos devem se articular também em espaços não quilombolas, “pois estes constituem uma vertente do repertório de conhecimentos da cultura afro-brasileira” (CRUZ; RODRIGUES, 2017, p. 170). É também, olhar além da educação formal experienciada no ensino básico e superior.

Em consonância, há a construção de um olhar específico para a educação que se aproxima da percepção de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2010), ao considerar a educação como o ato de aprender a conduzir a própria vida. As disputas por políticas educacionais culminam na criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCE ERER) em 2004, como também nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola na Educação Básica em 2012.

Cruz e Rodrigues (2017) ressaltam como a política educacional, na perspectiva dos movimentos sociais, não está reduzida à escola. Esta se entrelaça à “territorialidade, à produção e reprodução da existência e à reconfiguração das relações sociais para a emergência de outro projeto de desenvolvimento” (p. 170). A aprovação das diretrizes representa a tentativa de efetivar uma mudança no tratamento dado ao passado, a narrativa e a história de populações que constituem a população brasileira, mas viam-se pouco representadas na sala de aula, na formação de professoras/es e no material didático. A aprovação da Lei 10.639/03 e as diretrizes apontadas acima que a seguem, são considerados marcos no que tange ao campo educacional brasileiro. Para Silvério (2015) tratam-se de: “o conjunto contemporâneo das várias, diversificadas, criativas e necessárias proposições de ressituar a África e a diáspora africana na história mundial” (p. 35).

De forma mais geral e até onde se pode analisar, o debate proposto por tais intelectuais em relação à educação muito se aproxima das proposições relacionadas à justiça social apresentadas no tópico anterior. Isto porque a educação é, além dos apontamentos aqui realizados, compreendida como caminho para o estabelecimento de um compromisso social que lide, para em seguida, construir uma nova realidade social e um novo projeto coletivo capaz de experienciar as possibilidades de viver em meio a diferença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O engajamento dessas/es intelectuais nestas discussões evidencia o compromisso político e epistemológico (GOMES, 2019) do NEAB/UFSCar em seguir articulando a militância política com a produção intelectual. Observamos, portanto, que estes docentes colocam em prática uma postura acadêmica que se desenvolve em diálogo com as temáticas caras ao Movimento Negro e às demandas por políticas públicas voltadas para a igualdade racial.

No que concerne à luta pela implantação de programas de ação afirmativa e em especial ao tratar do Programa de Ações Afirmativas da UFSCar, aprovado em 2006 e implantado na universidade nos vestibulares de 2008, Petronilha B. G. Silva nos fala sobre a importância de perceber a necessidade de transformar os discursos e debates em ação:

[Foi uma] experiência desafiadora, que me fez passar da fala sobre políticas de reparações, à participação na elaboração proposta para programa de ações afirmativas, e desta experiência, a gerir a implantação do programa. Em outras palavras, obrigou-me a passar das ideias e propostas para a ação (SILVA, 2011, p. 139).

Deste modo, vemos que o espaço universitário é visto por estes intelectuais negros também como um espaço político, por este motivo não há uma fronteira entre estes dois mundos, mas sim um imbricamento ou uma diluição de um no outro. Portanto, os professores integrantes deste NEAB se constituem enquanto importantes representantes do perfil intelectual militante que expusemos acima. A relevância da presença destes sujeitos nestes espaços se dá pois é justamente essa ponte entre teoria e política que faz com que estes intelectuais negros proponham uma outra agenda de pesquisa, que é muito mais ligada com uma descolonização intelectual em contraposição a um conhecimento eurocêntrico acrítico (Santos, 2011).

Interpretamos o trabalho desenvolvido pelos NEABs como forma de continuidade dos projetos e trabalhos realizados por intelectuais negras e negros nas décadas anteriores. Suas contribuições incluem as relações estabelecidas fora do ambiente acadêmico, a partir de formações político-educacionais e também do amplo diálogo com as comunidades externas nas quais se inserem. A ampla participação significa a construção de espaços com laços de solidariedade, mas também espaço para tensões e disputas (CRUZ, MEDEIROS, RODRIGUES, 2018; GOMES, 2009).

Os núcleos contribuem para a “produção de [um] conhecimento politicamente posicionado” (GOMES, 2009, p. 428), tal produção problematiza ideais de neutralidade e distanciamento científicos, o que possibilita novas formas de análise e

“ameaça territórios historicamente demarcados dentro do campo das ciências sociais e humanas” (p. 422). Dentre os resultados da atuação dos NEABs está a criação e estabelecimento de uma intensa e diversificada agenda de estudos e pesquisa no que concerne à população negra, agenda esta que auxilia na disputa por políticas de reparação.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- COLLINS, Patricia Hill. **On intellectual activism**. Philadelphia: Temple University Press, 2012.
- CRUZ, Ana Cristina Juvenal da; MEDEIROS, Priscila Martins; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Produção de Conhecimento e Comunidade: A experiência do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UFSCar. In: Liza Brasília et al. (org.). **Direitos Humanos e Diversidades**. Palmas: EDUFT, 2018. p. 89-112.
- CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. O debate contemporâneo do antirracismo: implicações teóricas e políticas para a educação. **Revista de Educação PUC-Campinas**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 335-349, 2016. DOI: 10.24220/2318-0870v21n3a3443. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/3443>;
- FERNANDES, Otair. O Conceito de Hegemonia na Luta contra o Racismo no Brasil: a função dos NEABs. **Caderno do Centro de Estudos Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro [SYN]THESIS**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 191-204, jul/dez, 2014.
- GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: MENESES, M. P.; SANTOS, B. S. S. (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.
- RIOS, Flávia Mateus. Movimento negro brasileiro nas Ciências Sociais (1950-2000). **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 263-274, mar., 2009.
- SAID, Edward. **Representações do intelectual**: as Conferências Reith de 1993. Tradução Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SANTOS, Sales Augusto. A metamorfose de militantes negros em negros intelectuais. **Revista Mosaico**, v. (3), n. (5), 2011.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, v. 30, n. 3, p. 489-506, 2007.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Entre Brasil e África**: construindo conhecimento e militância. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Pesquisa e luta por reconhecimento e cidadania. In: ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter. (Org.). **Afirmando diferenças**: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa - Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, v. 117, p. 219-246, 2002.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Relações étnico-raciais e educação: Entre a política de satisfação de necessidades e a política de transfiguração. **Revista Eletrônica De Educação**, São Carlos, v. 9, p. 35-66, 2015.